



N° 9, setembro 2013

PONTO DE VISTA

Perspectivas sobre o desenvolvimento

A Ressignificação da Dependência no Novo-Desenvolvimentismo Brasileiro

PONTO DE VISTA, Nº 9, setembro 2013
ISSN 1983-733X.

Humberto Machado¹

i. Introdução

O foco deste artigo corresponde à análise do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) enquanto centros produtores de ideologia para o nacional-desenvolvimentismo dos anos 1950 e para o novo-desenvolvimentismo brasileiro (a partir de 2010), respectivamente. Nesta análise é adotada a concepção de ideologia enquanto um pensamento social produzido por um grupo social a partir das suas condições materiais e simbólicas de existência com a perspectiva de alteração da ordem social de forma subjugada ao seu projeto próprio de existência. O Iseb e o Ipea corresponderiam, precisamente, às perspectivas e às atribuições relativas à produção de um pensamento social com tais características fundado sobre a relação dialética entre a tradição positivista, marxista e pós marxista.

¹ Doutorando em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP/UERJ

Além das referidas tradições filosóficas sobre o conceito de ideologia, o populismo latino-americano (entendido não apenas enquanto movimento de massas, mas, sobretudo, enquanto ideologia) exerceu uma influência sobre o sentido de ideologia produzida pelo Iseb legada ao Ipea. Segundo Ernest Laclau, o populismo na América-Latina se constituiu enquanto expressão política e ideológica das burguesias nacionais com o objetivo de mobilizar as massas populares em torno do seu projeto de desenvolvimento em contraposição às oligarquias tradicionais e ao imperialismo². O populismo se fez presente na produção ideológica isebiana na medida em que o pensamento social que defendia correspondia ao projeto de desenvolvimento do Estado Nacional-Populista que procurava contemplar o sentido de crescimento econômico defendido pela burguesia nacional. De forma análoga, o novo-desenvolvimentismo definido pelo Ipea, a partir de 2010, atende aos interesses da burguesia nacional (agregando políticas distributivas) em contraposição aos ditames da ordem econômica internacional, não mais caracterizados, no caso brasileiro, pelo imperialismo, mas referentes à imposição de uma condição de dependência econômica por parte dos países centrais do capitalismo global.

Tanto o Iseb quanto o Ipea se constituíram enquanto institutos que promoviam atividades de pesquisa e produção acadêmica voltadas para a identificação dos problemas nacionais que obstruíam o desenvolvimento nacional: o Iseb, criado durante o governo Café Filho como um órgão público ligado ao Ministério da Educação, e o Ipea, por sua vez, criado durante o governo Castelo Branco, ligado ao Ministério do Planejamento, se constituiu enquanto centro produtor de ideologia para o desenvolvimento principalmente a partir de 2010 quando foi criada a sua Diretoria de Estudos e Pesquisas sobre o Estado, Instituições e Democracia (Diest). Apesar de sua criação ainda nos anos 60, logo após a dissolução do Iseb pelo governo militar, o Ipea se constituiu como centro produtor de ideologia para o desenvolvimento nacional após a fundação da Diest,

² Laclau, Ernesto *Política e Ideologia na Teoria Marxista: Capitalismo, Fascismo e Populismo*. Ed. Paz e Terra. (1978). Rio de Janeiro. P. 151

pois durante a ditadura militar, que vigorou no país entre 1964 e 1985, havia desempenhado uma função técnica subordinada à tecnocracia que traçava o projeto de desenvolvimento do regime militar.

A demanda para a produção ideológica isebiana para o desenvolvimento surge a partir das transformações sociais, políticas e econômicas decorrentes da implementação da industrialização no Brasil, durante a Era Vargas. Este processo de industrialização, durante o segundo governo de Getúlio Vargas, foi marcado pelo fomento de um capitalismo de caráter nacionalista, autônomo e sob o controle estatal. Neste contexto, foram criados diversos órgãos setoriais de atuação nacional com o objetivo de concretizar a Política Nacional de Desenvolvimento Econômico de Vargas, entre eles a Comissão Nacional de Política Agrária (CNPAs), a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Transportes e a Comissão Nacional de Bem Estar (para cuidar da melhoria das condições de vida da população brasileira). Às comissões foram somados outros órgãos e agências (como a CAPES, a Petrobrás, o CNPq e o BNDES) totalizando 22 instituições estatais em prol do desenvolvimento nacional. Nesta conjuntura de reestruturação da máquina estatal houve oportunidade para o recrutamento de intelectuais orientados para a valorização prática do conhecimento e para a racionalização da política estatal para o desenvolvimento. Neste ambiente político se deu o surgimento do Iseb.

Os intelectuais do Iseb se propunham, segundo seu próprio estatuto, a produzir as bases do pensamento social brasileiro para o desenvolvimento. Tal pensamento social deveria ser autêntico (não alienado, no sentido de acrítico em relação aos seus fatores condicionantes) e construído através de um projeto teórico-ideológico que congregasse ciências diversas (sociologia, história, política, economia e filosofia)³. Nesta tarefa, adotaram a concepção marxista de ideologia, assim como, o conceito marxista de classe social. Esta orientação teórica os levou a se oporem ao conceito clássico de ideologia na medida em que entendiam que definir um conceito de ideologia que não levasse em

³ Toledo, Caio Navarro de *Iseb; Fábrica de Ideologias*. Ed. Unicamp. (1982). Campinas. Introdução

conta a luta de classes significaria permanecer nos moldes de uma sociologia de tradição positivista (de base comtiana ou durkheimiana). Entretanto, em virtude do pacto nacional-desenvolvimentista de aliança entre os diversos segmentos da sociedade em torno do projeto de desenvolvimento nacional, o reconhecimento do antagonismo entre as classes permaneceria importante para a análise dos problemas sociais estruturais e para o planejamento de políticas públicas de redução das desigualdades sociais, mas não deveria sobrepujar o princípio de cooperação entre as classes em prol do desenvolvimento. O pacto nacional desenvolvimentista, embora fosse fundado em um discurso supraclassista, se orientava pelo projeto de expansão da burguesia nacional e era adotado pelos movimentos populares, principalmente pelo movimento operário e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) como uma etapa necessária de desenvolvimento da economia nacional para a subsequente estruturação e crescimento dos movimentos sociais. Esta adesão do PCB e dos movimentos sociais ao pacto nacional desenvolvimentista nos anos 1950 foi definida por José Luis Fiori como “desenvolvimentismo de esquerda” e foi selada no Congresso do PCB de 1958 quando o partido abandonou sua estratégia revolucionária e assumiu uma estratégia democrática de aliança entre classes a favor do crescimento da indústria nacional. Tal crescimento econômico teria sido considerado, pelos quadros do PCB na época, condição indispensável para a futura revolução socialista no Brasil⁴. A estratégia democrática adotada pelo PCB seguia uma orientação marxista no que se refere à ideia de adesão, por parte dos partidos socialistas, aos canais políticos institucionais como forma de viabilizar a passagem para o socialismo por vias democráticas⁵.

Igualmente orientado pelo quadro teórico marxista, Caio Navarro de Toledo defende que a esquerda brasileira dos anos 1950, ao adotar o pacto supraclassista nacional desenvolvimentista em detrimento do posicionamento contrário à exploração da classe operária, estaria adotando a ideologia da classe dominante segundo argumentos

⁴ Fiori, José Luis. “O desenvolvimentismo de esquerda”. Carta Maior. (01/03/2012) São Paulo.

⁵ Marx, Karl *Crítica do Programa de Gotha*. Ed. Boitempo. (1850/2009). São Paulo. Introdução.

apresentados em “A Ideologia Alemã”⁶. De acordo com esta obra, as ideias dominantes de um determinado período histórico corresponderiam às ideias da classe dominante neste período, pois somente a classe que exerce o poder material sobre a sociedade seria capaz de impor seus princípios e valores a todo o conjunto social. Assim, a ideologia da classe dominada estaria subjugada ao sistema de representações e noções constitutivo da ideologia da classe dominante⁷. Jacob Gorender e José Luis Fiori concordam que o Iseb exercia uma forte influência sobre a esquerda brasileira nos anos de 1950 (inclusive sobre o próprio governo federal influenciando na nomeação de ministros e na elaboração de políticas públicas). Contudo, a adesão ao pacto nacional desenvolvimentista, segundo Gorender, se deveu ao balanço feito internamente no partido em relação a sua postura durante a Era Vargas. A recusa em apoiar Vargas durante seu segundo governo gerou problemas de relação entre o partido e os movimentos sociais após o suicídio do presidente quando as massas trabalhistas se uniram em oposição às forças políticas contrárias a Vargas. Foi estabelecida uma desconexão entre o PCB e os trabalhistas de difícil contorno mesmo após a decisão tardia do partido em se posicionar a favor do trabalhismo varguista, às vésperas do suicídio do presidente. Movido pelo propósito de se rearticular junto às massas trabalhistas e simpático à ausência de presos políticos e à liberdade de imprensa do governo JK, o PCB decidiu respaldar o desenvolvimentismo implementado pelo referido governo cujos princípios já haviam sido iniciados na Era Vargas⁸.

A noção de participação popular adotada na teoria isebiana da tomada de consciência crítica da realidade nacional, segundo a qual o conhecimento prático do cidadão comum seria assimilado no processo de produção ideológica promovido pelos intelectuais (teoria de matriz gramsciana), tem fundamentação no argumento de que o espontaneísmo da prática política e ideológica da classe proletária somente poderia adquirir um status

⁶ Marx, Karl e Engels, Friederich *A Ideologia Alemã*. Ed. Boitempo. (1846/2007). São Paulo. Introdução.

⁷ Toledo, Caio Navarro de *Iseb; Fábrica de Ideologias*. Ed. Unicamp. (1982). Campinas. p. 21

⁸ Gorender, Jacob. “O PCB e sua atuação nos anos 50”. *Revista Brasileira de História*. (1982). São Paulo. Vol.23 nº 45.

positivamente valorizado na sociedade se contasse com a contribuição e legitimação do pensamento científico. Desse modo, a produção ideológica proletária se tornaria capaz de se libertar da dominação ideológica burguesa. A partir deste argumento, o conceito de luta de classes e a noção de luta ideológica são trazidos para o antagonismo entre ciência e ideologia, pois a ideologia que, comumente, se presume ser geral, de toda a sociedade, corresponde à ideologia da classe dominante (que se enquadra no conceito de “ideologia particular” de Mannheim, de caráter dissimulador) que reprime e subjuga a ideologia da classe operária que contaria com a ciência, e a atuação dos intelectuais, para subverter as relações de dominação ideológica. De acordo com tais premissas, era entendido o papel do intelectual e a sua relação com os cidadãos comuns na metodologia da redução sociológica e na teoria da tomada de consciência crítica da realidade nacional.

Caio Navarro de Toledo ressalta que, apesar de o nacionalismo ter se configurado como ideologia hegemônica entre os quadros do Iseb, haveria uma heterogeneidade interpretativa acerca dos antagonismos entre atores sociais e da ação do capital estrangeiro subjacente aos expoentes ideológicos nacional-desenvolvimentistas para os quais convergia, majoritariamente, a produção científica isebiana. Entre as vozes dissonantes, foram destacadas as de Nelson Werneck Sodré e de Hélio Jaguaribe⁹. Apesar de assumir a classificação dicotômica dos atores sociais entre pró e antinação, comum à maioria dos integrantes do Iseb, Nelson Werneck Sodré tinha uma visão positiva sobre a inserção do capital estrangeiro na economia nacional (visão próxima da de Hélio Jaguaribe) por entender que os investidores externos não necessariamente se associariam às oligarquias tradicionais e as forças políticas reacionárias, mas poderiam contribuir para o projeto nacionalista de desenvolvimento. Visão frontalmente contrária à ideia corrente entre a esquerda brasileira dos anos 1950 que entendia que a entrada do capital externo na economia brasileira se daria em parceria com os setores vinculados à estrutura colonial. A perspectiva positiva de Nelson Werneck Sodré sobre a entrada do capital estrangeiro encontrou ressonância na obra de Hélio Jaguaribe “O nacionalismo

⁹ Toledo, Caio Navarro de *Iseb; Fábrica de Ideologias*. Ed. Unicamp. (1982). Campinas. Cap. 1 pp. 129 - 135

na atualidade brasileira”¹⁰ na qual foi exposto o raciocínio de que os investimentos externos poderiam, inclusive, ser realizados de forma a promover uma redução gradativa dos aspectos dependentes do modelo nacional-desenvolvimentista.

De acordo com os princípios expostos em “Estado, Instituições e Democracia”¹¹, a ideologia neodesenvolvimentista produzida pelos quadros do Ipea, particularmente da Diest, herdou princípios ideológicos isebianos ressignificando-os a uma conjuntura internacional diversa da de enfrentamento em relação ao imperialismo, como ocorria nos anos 1950, mas, em um novo turno, marcada pela inserção no capitalismo global¹².

A perspectiva gramsciana de incorporação do conhecimento prático popular na construção da ideologia do desenvolvimento a cargo da produção intelectual científica, defendida por Guerreiro Ramos e Álvaro Vieira Pinto e majoritariamente adotada no Iseb, foi assimilada pela Diest na reforma do sistema democrático por meio da criação de instituições participativas (conselhos nacionais, fóruns populares, etc) como elemento constitutivo (e condição sine qua non) do modelo neodesenvolvimentista. Contudo, a atenuação relativa dos conflitos entre classes em virtude do pacto interclassista nacional-desenvolvimentista defendido pelo Iseb e pela esquerda brasileira nos anos 1950 foi ressignificado pela Diest/Ipea na sua nova proposta de desenvolvimento nacional. Nesta nova proposta de desenvolvimento, a busca por coesão entre os diversos segmentos sociais se fundamenta sobre a institucionalização de canais participativos que viabilizem a representação dos diversos setores dentro do aparato estatal. Esta estratégia não neutraliza, entretanto, os conflitos entre os grupos sociais, mas faz com que eles sejam equacionados mediante regras supraclassistas através de instituições democráticas. Assim, os embates e as negociações entre os atores sociais se dariam dentro da máquina estatal enfrentando os problemas decorrentes desta nova base relacional referentes à

¹⁰ Jaguaribe, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Ed. Iseb. (1958) Rio de Janeiro. Introdução.

¹¹ Cardoso Jr., José Celso; Linhares, Paulo de Tarso; e Costa Pinto, Eduardo. *Estado, Instituições e Democracia*. Ed. Ipea. (2012). Brasília. Caps.11,12 e15.

¹² Ianni, Otávio. *Teorias da Globalização*. Ed. Civilização Brasileira. (2001) Rio de Janeiro. Cap2.

hierarquização e elitização da representação dos atores, o aparelhamento ou manipulação estatal sobre os atores, o distanciamento dos atores em relação às suas bases e as dinâmicas de negociação que diluem as ideologias originais das bases representadas. Neste modelo participativo, a esfera pública seria trazida para dentro do Estado sendo abandonada a ideia de um Estado Nacional-desenvolvimentista que se proporia a contemplar as aspirações dos movimentos sociais, através do seu projeto de desenvolvimento, como argumento para neutralizar os conflitos entre os atores sociais (ideia defendida em caráter hegemônico pelo Iseb).

No modelo de desenvolvimento proposto pela Diest/Ipea permanece a existência de um Estado forte. Contudo, um Estado de orientação keynesiana, que fosse forte, mas que fomentasse a criação de um mercado forte.

ii. Considerações iniciais sobre a dependência

Tanto o modelo de desenvolvimento defendido pelo Iseb quanto o defendido pelo Ipea contém elementos constitutivos de caráter dependente. Em face desta característica comum se faz necessária uma análise sobre o problema da dependência na economia brasileira. De acordo com o mapeamento das diversas correntes da Teoria da Dependência elaborado pelo economista Theotônio dos Santos, a ideologia do desenvolvimentismo latino-americano se originou a partir do consenso entre as forças produtivas do referido continente a respeito da inexorabilidade da adoção do padrão de desenvolvimento capitalista durante a ascensão e globalização do modelo fordista-taylorista¹³.

Tal adesão teria sido corroborada pela produção teórica dos fundadores das ciências sociais sobre a universalidade da racionalidade econômica da modernidade – entre eles

¹³ Santos, Theotônio dos. *Teoria da Dependência: balanço e perspectivas*. Ed. Civilização Brasileira. (2000). Rio de Janeiro. Introdução; partes 1 e 2.

Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, além dos economistas clássicos, Adam Smith e Ricardo. A perspectiva de tais precursores do pensamento social e econômico moderno foi aprimorada no séc. XX por sociólogos como Talcot Parsons e Robert Merton no sentido de que a sociedade moderna nascida na Europa, e que se afirmou nos EUA, havia se constituído enquanto uma meta sociopolítica a ser alcançada por todas as nações do globo e, por conseguinte, o pensamento social e econômico teria por objetivo a identificação dos problemas que obstruíssem a expansão e a realização do projeto moderno em escala universal. Tais ideias teriam adquirido contornos mais radicais no pensamento econômico de W. W. Rostow¹⁴, segundo o qual as sociedades pré-capitalistas foram classificadas como tradicionais e a questão do desenvolvimento passava a ser entendida como a busca pelas condições que permitissem a arrancada (take off) do progresso econômico. Tais condições poderiam se dar tanto em economias capitalistas quanto socialistas, pois a partir de sua interpretação do marxismo, a economia socialista se enquadrava nas etapas evolutivas da modernidade uma vez que a revolução socialista seria efetuada em economias estruturadas no modo de produção capitalista. A exceção à lógica marxista que se manifestou na revolução russa teve que posteriormente se inserir na rota evolutiva da modernidade (sob pressão da Guerra Fria) através da conciliação entre o modo de produção capitalista e a coletivização da propriedade e dos bens de produção sob o comando do Estado Stalinista.

A adequação da América Latina ao paradigma da universalização do desenvolvimento, causada pelo alinhamento dos atores políticos e econômicos à globalização do fordismo-taylorismo implementado tanto pelo Estado Democrático Liberal quanto pelo Estado Stalinista, dividiu a intelectualidade latino-americana quanto ao sentido da inserção do continente neste processo de proporções globais, bem como, quanto às formas mais eficazes de promover o desenvolvimento. Como tentativa de explicar as novas características do desenvolvimento socioeconômico latino-americano nas três primeiras décadas que sucederam à II Guerra Mundial, surgiu, na década de 1960, a Teoria da Dependência dividida entre diversas correntes interpretativas que

14 Teórico Político estadunidense

partiam, contudo, de uma mesma premissa em comum: a noção de que o subdesenvolvimento não significava a falta de desenvolvimento, segundo a escala evolutiva das sociedades modernas industrializadas, mas, ao invés disso, subdesenvolvimento e desenvolvimento seriam o resultado histórico da evolução do capitalismo. Portanto, a expansão do capitalismo e do projeto moderno produziriam desenvolvimento e subdesenvolvimento como aspectos complementares de um mesmo sistema econômico global¹⁵. Esta premissa foi conciliada à noção de que a condição colonial latino-americana, que precedeu a condição dependente do seu processo subsequente de industrialização, teve um papel fundamental no processo de acumulação dos países centrais do capitalismo. A partir da análise da função do colonialismo latino-americano e do caráter dependente da industrialização daquela região, a Teoria da Dependência passou a representar um conjunto de análises críticas sobre as limitações de um tipo de desenvolvimento subjugado aos ditames de economias hegemônicas e imperialistas, bem como, análises críticas sobre alternativas de superação de tais limitações.

Com base nos economistas suecos Magnus Blomström e Bjorn Hette, Theotônio dos Santos identifica uma bifurcação primária entre as linhas interpretativas sobre a dependência latino-americana a partir da qual outras subdivisões analíticas seriam produzidas. A primeira corrente interpretativa corresponderia a uma tradição crítica sobre o caráter eurocêntrico da teoria do desenvolvimento e estaria baseada em uma postura nacionalista oposta ao imperialismo norte americano¹⁶. Os principais expoentes desta tradição crítica corresponderiam à produção científica de Raul Prebisch e da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)¹⁷. A segunda corrente

¹⁵ Frank, Gunder "O desenvolvimento do subdesenvolvimento". *Monthly Review*. (1966). New York.

¹⁶ Kay, Cristóbal *Latin American Theories of Development and Underdevelopment*. Routledge (1989). New York.

¹⁷ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), e tem sua sede em Santiago, Chile.

A CEPAL é uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU). Foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si

interpretativa estaria focada no problema do subdesenvolvimento e se fundaria sobre o debate entre o marxismo clássico e o neomarxismo.

A partir destas duas vertentes analíticas, Theotônio dos Santos destacou outras ramificações. Do nacionalismo anti-imperialista emergiu o pensamento estruturalista da CEPAL que se propunha a investigar as limitações do desenvolvimento nacional autônomo em face não apenas do imperialismo norte-americano, mas fundamentalmente, dos problemas na estrutura social e econômica da América Latina. Os princípios deste pensamento estruturalista foram adotados pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) de modo conciliado com elementos do pensamento keynesiano para a elaboração da ideologia nacional desenvolvimentista adotada no Brasil entre meados dos anos 1950 e início dos anos 1960. Da segunda corrente, emergiu, por um lado, a partir da corrente neomarxista, o pensamento político-econômico de Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini e Vânia Bambirra, bem como os pesquisadores do Centro de Estudos Socio-Econômicos da Universidade do Chile (CESO). Por outro lado, a noção de desenvolvimento associado concebida por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto – que admitia o caráter positivo da presença do capital externo para a promoção da industrialização regional latino-americana, segundo a perspectiva marxista de estruturação do modo de produção capitalista como estágio evolutivo para o socialismo – conciliava o pensamento marxista clássico a alguns princípios do estruturalismo cepalino.

iii. A herança teórica de Raúl Prebisch e da Cepal para o tratamento dado pelo Iseb ao tema da dependência

Os princípios fundamentais da teoria da dependência, propriamente formulada na década de 1960, e da ideologia desenvolvimentista latino-americana – tal como foram concebidas pela Cepal e pelo Iseb, nos anos 1950, e, posteriormente, por Fernando

como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável.

Henrique Cardoso e os sociólogos da USP – foram elaboradas a partir da produção teórica do economista argentino Raúl Prebisch. No seu pensamento econômico e social foi formulada a conjunção entre a teoria keynesiana e a teoria estruturalista como base para a construção ideológica do antigo e do novo desenvolvimentismo brasileiro. Prebisch adotou o argumento keynesiano exposto em “A teoria geral do emprego, do juro e da moeda” de que a política de livre mercado seria inadequada como solução para os problemas econômicos e sociais cíclicos do capitalismo referentes ao desemprego estrutural e à distribuição e renda. A solução para tais problemas cíclicos demandaria a constituição de um Estado forte que estimulasse a formação de um mercado dinâmico em processo contínuo de inovação tecnológica. Tal Estado forte seria capaz de controlar a concorrência e de influir de forma decisiva sobre o desemprego e a distribuição de renda e de riqueza¹⁸.

Estes princípios keynesianos foram agregados aos conceitos de “ciclo-econômico” e de “sistema centro-periféria” elaborados por Prebisch para a formulação da sua teoria sobre o desenvolvimento latino-americano¹⁹. A concepção de “ciclo-econômico” corresponde aos impulsos constantes de expansão e contração da vida econômica em escala global. Tais impulsos seriam gerados nos países centrais (entendidos como os países produtores de bens manufaturados) e produziam reflexos nos países periféricos (produtores de bens primários). Assim, a dicotomia centro-periféria seria o resultado histórico do modo como se propagou o progresso técnico na economia global que ocasionou uma diferenciação global de estruturas produtivas, bem como, uma diferenciação de funções no sistema econômico global, por conseguinte, a divisão internacional do trabalho teria sido reformulada segundo tais processos de diferenciação. Prebisch criticava a ideia dos economistas marginalistas de extensão do progresso técnico do centro para a periferia. Tal extensão se daria em função do aumento da

¹⁸ Miguel Couto, Joaquim. “O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch”. Revista Economia e Sociedade. (2007). Campinas. Pp: 45-64.

¹⁹ Prebisch, Raúl. *Introdução a Keynes*. Ed. Brasiliense. (1947,1998). São Paulo.

produtividade, dentro dos padrões de produção em alta escala do fordismo-taylorismo, que promoveria a baixa dos preços dos produtos manufaturados e estenderia a demanda de tais produtos para a periferia e, dessa forma, se estenderia o progresso técnico do centro para a periferia²⁰. Concomitantemente, os produtos primários produzidos na periferia, em escala produtiva menor, seriam valorizados na proporção direta da evolução técnica dos centros. Assim, não seria necessária a industrialização das periferias do sistema econômico global. Prebisch contestou esta argumentação sobre a distribuição do progresso técnico por relacionar a variação de preços ao movimento cíclico da economia. De acordo com esta relação, tanto a invulnerabilidade do valor dos produtos com maior nível de trabalho materializado, quanto a flexibilidade do valor dos produtos primários seriam resultantes do nível de autonomia e de organização sindical dos trabalhadores – maior nos centros e menor nas periferias. Os trabalhadores, mais altamente organizados nos centros, teriam a capacidade de elevar os próprios salários nas fases ascendentes do ciclo-econômico e de mantê-los durante as fases descendentes.

Para solucionar o problema da vulnerabilidade da economia latino-americana em relação aos impulsos de expansão e contração do ciclo-econômico, Prebisch propunha a substituição de importações ressaltando, entretanto, suas limitações no continente latino-americano. Tais limitações corresponderiam à restrição do mercado interno (e consequente restrição à escala de produção) e à baixa poupança interna a ser investida na substituição de importações. Neste aspecto, a adoção de um padrão de consumo típico dos países centrais por parte das camadas sociais que constituíam o mercado interno latino-americano (que define a concepção de “efeito de demonstração” do sociólogo Gino Germani²¹) concorreria para a inviabilização do desenvolvimento industrial latino-americano, pois direcionaria a poupança interna para a importação ao invés de direcioná-la para o investimento no processo interno de industrialização e, consequentemente, para a substituição de importações.

²⁰ Prebisch, Raúl “El desarrollo económico de La America Latina y alguno de sus principales problemas”. Revista Desarrollo Económico. Buenos Aires. (1949/1986). Vol 26. Nº 103 Pp 479-502.

²¹ Germani, Gino. *Política e sociedade numa época de transição*. Ed. Meste Jou. (1973). São Paulo.

Sob outro aspecto, a substituição de importações também foi proposta como solução para o problema do desemprego estrutural na América Latina decorrente da vulnerabilidade ante as variações externas do ciclo-econômico. A substituição de importações seria uma solução para tal problema, pois a exportação de bens primários seria limitada em relação à absorção do crescimento da população economicamente ativa, bem como, em relação à absorção da desocupação resultante do progresso técnico incorporado à produção de bens primários. A absorção da referida mão de obra ficaria a cargo da industrialização. Desse modo, Prebisch concluiu que a exportação de commodities teria um papel fundamental para o desenvolvimento industrial, pois geraria uma poupança ativa a ser investida no crescimento industrial e, portanto, na realização da substituição de importações. Esta perspectiva de que através da adoção de um modelo desenvolvimentista dependente dos países centrais (pois se baseia no fornecimento de commodities e de altas taxas de mais-valia relativa) seria possível uma mudança gradual para a realização de um desenvolvimento autônomo (na medida em que for articulada por um Estado forte keynesiano) corresponde ao fundamento tanto do antigo quanto do novo desenvolvimentismo brasileiro.

Após sua passagem pela Cepal, Prebisch incorporou a análise sociológica referente à estrutura social à sua teoria do desenvolvimento e passou a defender que a acumulação e a distribuição de renda devem se dar de forma simultânea. A tese de Prebisch de que as desigualdades sociais e o padrão distributivo concentrador de bens sociais constituíam o principal obstáculo ao desenvolvimento latino-americano e a visão keynesiana do papel do Estado forte para a organização de um mercado forte constituíram a definição de desenvolvimentismo concebida pelos intelectuais do Iseb nos anos 1950. Segundo Prebisch, a estrutura social marcada pela desigualdade restringiria a mobilidade social e impediria o surgimento de elementos dinâmicos na vida econômica capazes de realizar a absorção produtiva da força de trabalho. Como forma de superar esta estagnação social e produtiva (denominada insuficiência dinâmica), Prebisch propôs um modelo de desenvolvimento que promova transformações estruturais na sociedade referentes à ampliação da posse do solo (reforma agrária), ao aperfeiçoamento do sistema

democrático através da conexão entre Estado e movimentos sociais e à ampliação do modelo distributivo de bens sociais, em particular da educação – considerada o ponto de partida para a reversão da insuficiência dinâmica²². Esta metodologia da transformação estrutural com o objetivo da reversão da insuficiência dinâmica foi adotada pelo Iseb na sua formulação de uma ideologia para o desenvolvimento.

O Iseb, criado no ano de 1955, tinha por objetivo, originalmente, o estudo, a pesquisa e a transmissão de conhecimentos sobre a realidade nacional brasileira visando à elaboração de uma ideologia nacional-desenvolvimentista capaz de fundamentar a construção de um projeto hegemônico de desenvolvimento através de publicações e atividades educacionais que reunissem diferentes categorias profissionais do pensamento social. Após a eleição de Juscelino Kubitschek passou a fazer parte do aparelho do Estado e se tornou o principal centro do pensamento nacional-desenvolvimentista brasileiro e, nas palavras de Alain Touraine(1989)²³, o principal centro de produção ideológica da América Latina. Quando da sua formação, o Iseb foi organizado em torno de cinco departamentos (Filosofia, História, Política, Sociologia e Economia) e seus principais intelectuais foram os filósofos Álvaro Vieira Pinto e Michel Debrun; o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos; os economistas Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida e Ewaldo Correia Lima; o historiador Nelson Werneck Sodré; e os cientistas políticos Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes de Almeida e Oscar Lorenzo Fernandes²⁴.

Os intelectuais do Iseb foram herdeiros da teoria da transformação estrutural e do pensamento nacionalista anti-imperialista (de caráter reformista, não revolucionário) presentes no quadro teórico de Raul Prebisch e da Cepal das décadas de 1940 e 1950, bem como compartilhavam da concepção cepalina de que o desenvolvimento dependente da América Latina tinha uma função de complementaridade em relação ao processo de acumulação e inovação tecnológica dos países centrais do capitalismo. A

²² Prebisch, Raúl *Trasformações e Desenvolvimento: a grande tarefa da América Latina*. Ed. Fundação Getúlio Vargas. (1973). Rio de Janeiro.

²³ Touraine, Alain *Palavra e Sangue: Política e Sociedade na América Latina*. Ed. Unicamp. (1989). São Paulo.

²⁴ Toledo, Caio Navarro de *Iseb; Fábrica de Ideologias*. Ed. Unicamp. (1982). Campinas. Cap. 04

partir da inspiração cepalina e movidos pela necessidade de apresentar uma alternativa de desenvolvimento ante o imperialismo norte-americano, os intelectuais isebianos aderiram à perspectiva do desenvolvimento autônomo conquistado pelo pacto entre os diversos setores da sociedade em torno do ideal nacional-desenvolvimentista: o que significava convencer tanto os movimentos sociais quanto a burguesia nacional a colaborar com o Estado forte de contornos keynesianos na construção do desenvolvimento nacional subjugando suas formas associativas e seus interesses corporativos ao projeto nacional desenvolvimentista. A adoção da meta do desenvolvimento autônomo como oposição à abertura do parque industrial nacional aos investimentos externos, que vigorou na fase inicial do Iseb entre 1955 e 1958, se baseava na análise histórica da aliança entre o capital estrangeiro e as oligarquias tradicionais latino-americanas de modo a constituir forças políticas reacionárias em relação ao projeto moderno e à estruturação do sistema democrático. A busca do desenvolvimento autônomo partia do princípio de que a substituição de importações e a transformação estrutural da sociedade poderiam ser efetuadas apenas mediante a atuação do Estado centralizador nacional-desenvolvimentista frente aos interesses das potências hegemônicas internacionais.

Para a realização de tal objetivo, o Iseb apresentou como principais expoentes metodológicos, por um lado, a “tomada de consciência crítica da realidade nacional”, elaborada pelo filósofo Álvaro Vieira Pinto, e, por outro lado, a “redução sociológica”, concebida pelo sociólogo Alberto Guerreiro Ramos. O princípio filosófico da consciência crítica da realidade nacional consiste em levar a população a refletir criticamente sobre os fatores históricos e políticos que determinam as suas condições materiais de existência. A partir deste processo, o povo estaria capacitado a se tornar o principal agente do seu projeto histórico de existência. Já a redução sociológica consistia em um método científico crítico-assimilativo em relação aos conceitos universais da sociologia clássica e tinha por perspectiva a adaptação de tais conceitos às especificidades da formação histórica e social do Brasil. Enquanto o princípio filosófico da consciência crítica da realidade nacional insidia sobre o pacto nacional populista entre Estado,

burguesia nacional e movimentos sociais, a redução sociológica se aplicava sobre a definição da metodologia e dos objetivos das políticas públicas em prol da transformação estrutural da sociedade no que se refere à implementação de políticas de bem estar social (serviços de saúde pública, educação, etc.), e de realização de obras de infra-estrutura (fornecimento de água e energia, pavimentação de vias públicas, etc.) com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e estruturar o país para o desenvolvimento econômico. Enquanto o princípio filosófico da consciência crítica se referia ao aprimoramento da democracia para o desenvolvimento e à organização da relação entre Estado e sociedade em função do pacto nacional-desenvolvimentista, a metodologia da redução sociológica se referia à aplicação de políticas públicas em prol do desenvolvimento.

O pensamento social e econômico dos integrantes do Iseb, que se configurava de forma coesa em relação à perspectiva do desenvolvimento autônomo e à atuação do capital estrangeiro junto aos entraves à substituição de importações, perdeu a sua homogeneidade em relação a estes mesmos temas a partir da publicação de “O nacionalismo na realidade brasileira”, de Hélio Jaguaribe e Ewaldo Correia Lima, em 1958. Neste livro, Jaguaribe defendia a ideia de que o investimento estrangeiro poderia ter um efeito catalisador no processo de industrialização, no Brasil, desde que sob a organização do Estado keynesiano desenvolvimentista com o objetivo de promover conquistas graduais de autonomia dentro da rota de um padrão dependente de desenvolvimento. Esta perspectiva concebida por Hélio Jaguaribe iria fundamentar a vertente da teoria da dependência formulada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto²⁵.

²⁵ Bresser Pereira, Luis Carlos. “The Iseb development concept revisited”. Revista Dados. (2004). Rio de Janeiro. Vol. 47. Nº1

iv. Interpretações sobre a teoria da Dependência

Em “Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica”, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970) procuravam analisar as condições, possibilidades e formas do desenvolvimento econômico em países que mantivessem relações de dependência com os países centrais do capitalismo, ao mesmo passo em que aspirariam à soberania. Entre as condições que tornariam possível o desenvolvimento em economias dependentes, que aspiram à soberania, é destacada a existência de organizações autônomas de classe. Neste caso, os autores questionam a sustentação teórica da concepção de tomada de consciência crítica da realidade nacional defendida pelos intelectuais do Iseb. Segundo esta concepção, de origem gramsciana, o cidadão comum seria capaz de produzir um tipo de conhecimento prático a partir da realização da sua atividade produtiva e das suas relações em sociedade e seria apto de ser levado a refletir sobre os fatores que determinam as suas condições materiais de existência. Dessa forma, suas reflexões a cerca de seus condicionantes de existência, bem como sua produção de conhecimento prático, poderiam ser articuladas junto ao Estado keynesiano desenvolvimentista que conduziria a máquina administrativa de modo a colaborar para que o povo se tornasse o agente principal do seu projeto histórico de existência. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto entendiam que tanto a consciência crítica da realidade nacional quanto a autonomia dos movimentos sociais na sua relação com o Estado keynesiano desenvolvimentista seriam enfraquecidas pelo pacto entre as classes e setores sociais promovido pela ideologia nacional-desenvolvimentista²⁶. Contudo, apesar de discordarem da possibilidade de haver autonomia nos movimentos sociais ante o nacional-desenvolvimentismo dependente, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto entendiam que a internacionalização do parque industrial brasileiro, ainda que de forma dependente mediante a conjunção entre desenvolvimento e dependência externa, seria positiva do ponto de vista da

26 Cardoso, Fernando Henrique e Faletto, Enzo *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Ed. LTC. (1970). Rio de Janeiro.

transformação estrutural da sociedade e do sistema produtivo brasileiro. Pois seria possível a realização de tais transformações mesmo que os centros de decisão e os mecanismos de condicionamento do modelo de desenvolvimento não fossem plenamente constituídos (denominado desenvolvimento associado).

A construção teórica de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, se baseou, portanto, na articulação entre capital nacional, capital estrangeiro e Estado keynesiano nacional-desenvolvimentista. Na atuação desta tríade sobre a formação do capitalismo brasileiro, o Estado se constituiu não, meramente, como um instrumento de regulação do sistema industrial, mas, também, como instrumento direto de sua implementação, através da criação de empresas públicas, autárquicas ou paraestatais. Os princípios políticos e econômicos constitutivos desta vertente específica da Teoria da Dependência permearam a produção do pensamento social sobre o desenvolvimento a partir do desgaste da perspectiva do desenvolvimento autônomo na produção ideológica do desenvolvimento do Iseb, no final da década de 1950.

O argumento de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto sobre a diluição da consciência de classe e o enfraquecimento dos atores sociais convergia para a tese sobre a relação entre o Estado Nacional-Desenvolvimentista e os movimentos sociais elaborada pelo sociólogo Alain Touraine em “Palavra e Sangue: Política e sociedade na América Latina”. Segundo Alain Touraine, o Nacional-Desenvolvimentismo, ao promover a aliança entre as classes sociais entorno de um projeto de desenvolvimento que tem o Estado como principal agente organizador, faria com que na América Latina não houvesse uma separação clara entre a sociedade civil e o Estado. Assim, teria sido formado um modo latino-americano de ação social definido pela interdependência estrutural entre o Estado e os demais atores sociais ligados ao desenvolvimento dependente. Entretanto, a fusão entre os atores sociais e o Estado eliminaria a correspondência direta entre os atores sociais que estariam articulados sob o poder centralizador do Estado forte. Este modelo de ação social seria uma particularidade do modelo latino-americano de desenvolvimento. Contudo, se comparado ao modo de

desenvolvimento estatizante, que possui capacidade hegemônica para manter sob controle os interesses antagônicos dos atores sociais integrados ao Estado, o modo latino-americano de desenvolvimento dependente apresentaria uma fragilidade quanto à capacidade de garantir a coesão da aliança que estaria se propondo a estabelecer.

Alain Touraine argumentava que o caráter dependente do modelo de desenvolvimento adotado na América Latina geraria entraves à sua própria realização, pois promoveria evasão de capitais e criaria um padrão de industrialização que aumentaria as desigualdades sociais. Portanto, de um lado, expatriaria o fluxo líquido de capitais que deveriam ser investidos no crescimento econômico e no aprimoramento da estrutura social que possibilitasse o desenvolvimento econômico. Por outro lado, ao aumentar as desigualdades sociais e manter grandes parcelas da população no nível da exclusão econômica e política, impediria que houvesse um contingente populacional participante do processo de industrialização que proporcionasse sustentação ao desenvolvimento econômico.

Sob outro aspecto, o modelo de industrialização dependente latino-americano não corresponderia às necessidades da população, pois, segundo um padrão concentrador de renda, teria se caracterizado pela entrada de altos investimentos de capital estrangeiro para a produção de bens de consumo duráveis destinados a parcelas reduzidas da população, que constituiriam um limitado mercado interno marcado pela subordinação ideológica ao padrão de consumo dos países ricos. Tais indústrias de bens de consumo gerariam poucos empregos, pois tanto o mercado consumidor seria limitado quanto à parcela da população qualificada para a atividade industrial e para a incorporação de inovações tecnológicas produtivas seria igualmente reduzida. Assim, o crescimento econômico dependente não acarretaria nem a integração social nem a diminuição das desigualdades, ao contrário, agravaria a falta de integração social e aumentaria a desigualdade. A manutenção de vastas zonas de subdesenvolvimento ou de miséria não afetaria o crescimento econômico dependente, ao invés disso, configuraria uma relação de complementaridade política e econômica que caracterizaria a lógica do dualismo

latino-americano. Dualismo que consistiria na convergência política e econômica entre fenômenos sociais paradoxais para a reprodução do modelo dependente. Em outros termos, o princípio de dualismo faria convergir participação e exclusão sob o aspecto político-econômico. Pelo dualismo, seriam opostas regiões e populações urbanas e industrializadas pautadas por modelos de consumo importados a outras regiões e populações à margem deste padrão de modernidade (excluídas). Nestas populações excluídas, se poderia observar a atração para as zonas de modernidade em virtude do acesso ao emprego, à educação e à assistência médica.

De acordo com Alain Touraine, as condutas dos atores sociais na América Latina expressariam as orientações e as tensões internas do modelo de desenvolvimento dependente. Apesar das especificidades da formação histórica dos países latino-americanos, as características em comum do modelo dependente adotado por tais países produziriam efeitos análogos sobre diversas categorias de ação social na América Latina, tais como: operários, camponeses, classes médias. Do mesmo modo, o modelo dependente produziria efeitos sobre a definição de conceitos como classe, partido, sindicato e democracia²⁷.

As sociedades coloniais latino-americanas, das quais teriam descendido as sociedades dependentes, seriam caracterizadas pelo fato de que as suas principais transformações econômicas teriam sido introduzidas pelos países colonizadores que teriam exercido uma dominação política, econômica e cultural sobre tais sociedades. Nos países colonizados, os movimentos de contestação social se dariam em defesa da cultura nacional, ou em defesa dos interesses econômicos regionais, e seriam articulados ao nível do Estado, contudo apresentariam uma perspectiva mais voltada para a libertação nacional do que para o desenvolvimento ou aprimoramento da modernidade. Assim, os movimentos nacionalistas coloniais misturariam elementos modernizadores e anti-modernizadores. Nas sociedades dependentes, de modo análogo e seguindo o princípio de dualismo, as

²⁷ Touraine, Alain *Palavra e Sangue: Política e Sociedade na América Latina*. Ed. Unicamp. (1989). São Paulo.

formas de ação coletiva passariam a ser efetuadas através da adequação entre práticas reivindicatórias de caráter tradicional (com sentido religioso, cultural ou histórico) e as demandas introduzidas pelo modelo de desenvolvimento dependente.

O alto padrão de segmentação de classes, ou grupos sociais, na América Latina, enfraqueceria os atores sociais. Os grupos sociais já seriam fragmentados pelo processo de especialização promovido pela modernidade, contudo, através do mecanismo de dualidade que entrelaça modernidade e tradicionalismo na América Latina, tais grupos seriam pluralizados em funções sociais modernas e pré-modernas. Como no caso da modernização da produção agrícola que eliminaria parcialmente categorias de trabalhadores rurais como inquilinos, arrendires e caipiras, mas faria com que coexistissem trabalhadores rurais assalariados e minifundiários, que estabeleceriam relações de produção pré-modernas. Este mesmo princípio de dualismo se manifestaria no Chile, aonde a noção de classe média coexistiria com uma categoria própria daquele país referente a grupos profissionais denominados por grêmios. A segmentação de classes enfraqueceria os atores sociais, pois tornaria mais difícil para os indivíduos identificar condições de vida e trabalho em comum. Por conseguinte, se tornaria mais difícil para os indivíduos compartilhar interesses e objetivos e, portanto, se tornaria mais difusa a capacidade de adquirir consciência de classe.

Neste sentido, o nacional-desenvolvimentismo dependente adotado pelos países latino-americanos concorreria para o enfraquecimento da consciência de classe na medida em que proporia uma aliança entre grupos sociais com interesses diversos em prol de um projeto de desenvolvimento nacional. Desse modo, o nacional-desenvolvimentismo diluiria a luta de classes.

As constantes migrações nos países latino-americanos – resultantes do dualismo entre zonas de modernidade e zonas de exclusão – constituiriam outro fator de enfraquecimento dos atores sociais e políticos e de diluição da tomada de consciência de classe. Os deslocamentos regionais frequentes – das zonas de exclusão para as de

modernidade – tornariam os indivíduos desenraizados e fariam com que eles se percebessem mais como migrantes do que como pertencentes a uma classe social ou a um grupo profissional. Este desenraizamento se refletiria sobre o comportamento dos indivíduos no processo eleitoral, pois a auto-concepção de não pertencimento a regiões ou grupos sociais faria com que os indivíduos migrantes se identificassem menos com programas de governo, voltados para a transformação das condições de vida de uma coletividade específica, do que com o personalismo do candidato.

Contudo, apesar de discordarem da possibilidade de haver autonomia para os atores sociais ante o nacional-desenvolvimentismo dependente, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto entendiam que a internacionalização do parque industrial brasileiro, ainda que de forma dependente mediante a conjunção entre desenvolvimento e dependência externa, seria positiva do ponto de vista da transformação estrutural da sociedade e do sistema produtivo brasileiro. Pois, seria possível a realização de tais transformações mesmo que os centros de decisão e os mecanismos de condicionamento do modelo de desenvolvimento não fossem plenamente constituídos (denominado desenvolvimento associado).

A construção teórica de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, se baseou, portanto, na articulação entre capital nacional, capital estrangeiro e Estado keynesiano nacional-desenvolvimentista. Na atuação desta tríade sobre a formação do capitalismo brasileiro, o Estado se constituiu não, meramente, como um instrumento de regulação do sistema industrial, mas, também, como instrumento direto de sua implementação, através da criação de empresas públicas, autárquicas ou paraestatais. Os princípios políticos e econômicos constitutivos desta vertente específica da Teoria da Dependência permearam a produção do pensamento social isebiana sobre o desenvolvimento autônomo durante a sua fase inicial, entre 1955 e 1958.

Bem diferente é a perspectiva de desenvolvimento autônomo na América Latina segundo a interpretação sobre a dependência de Ruy Mauro Marini. Para este autor, a

dependência das economias latino-americanas teriam um papel fundamental no desenvolvimento das economias centrais do capitalismo. Inicialmente como colônias, as economias latino-americanas teriam aumentado o fluxo de mercadorias e as formas de pagamento nas suas metrópoles europeias, o que teria permitido o desenvolvimento comercial e bancário na Europa, dando sustentação para a revolução industrial. No momento subsequente desta relação econômica entre os dois continentes, a América Latina teria passado a produzir e exportar commodities em troca de bens manufaturados. Nesta fase, a relação entre os países latino-americanos e os centros capitalistas europeus teria passado a estar inserida estruturalmente na divisão internacional do trabalho que teria tido o papel de definir o caráter de dependência do desenvolvimento latino-americano. Segundo este modelo de desenvolvimento, as relações de produção das nações subordinadas teriam sido recriadas para garantir a reprodução ampliada da dependência. Ou seja, o modelo de desenvolvimento dependente teria reproduzido constantemente as condições de dependência.

A criação das sociedades industriais europeias teria contado com o aporte fundamental das economias dependentes. O crescimento da classe operária europeia e a expansão da população urbana na Europa empregada na indústria e no setor de serviços teriam sido possíveis mediante o fornecimento de produtos agrícolas a cargo dos países dependentes. Esta relação de complementaridade teria tido o efeito de aprofundar a divisão internacional do trabalho e de ratificar a especialização dos países industriais como produtores de manufaturas. A inserção do modelo de desenvolvimento dependente latino-americano na ordem capitalista internacional teria respondido, por um lado, às demandas de commodities dos países industrializados, e por outro, às demandas dos países industrializados sobre a produção de mais-valia relativa. Pois, o papel inicial desempenhado pela América Latina no desenvolvimento do capitalismo de fornecimento global de commodities estaria baseado no aumento da produtividade decorrente da exploração dos trabalhadores.

Na reconfiguração da divisão internacional do trabalho, que se deu nas etapas subsequentes de desenvolvimento do capitalismo, a inserção da economia dependente latino-americana no capitalismo internacional teria sido marcada pela exploração dos trabalhadores segundo a produção de mais-valia relativa. A industrialização dos países latino-americanos teria se dado pela necessidade do capital sediado nos países centrais do capitalismo de buscar relações produtivas com altas taxas de mais-valia que não pudessem ser encontradas nas grandes economias da Europa e América do norte, em razão destas economias apresentarem um modelo de desenvolvimento adequado ao welfare state. Dessa forma, se reproduziria a relação de dependência entre as economias latino-americanas e os países capitalistas centrais de acordo com uma nova configuração da divisão internacional do trabalho. Logo, o modo como as economias dependentes latino-americanas se inserem na ordem econômica internacional seria marcado pelo caráter produtor de desigualdades sociais destas economias. Uma vez identificado que a desigualdade seria o principal entrave ao desenvolvimento latino-americano, adotar medidas que visassem a reduzir as desigualdades significaria se opor ao papel da América Latina no capitalismo internacional. Papel este, marcado pelo modelo de desenvolvimento dependente produtor de desigualdade e reproduzidor da lógica de dependência.

v. O Ipea e a ressignificação da dependência no novo-desenvolvimentismo brasileiro

O fornecimento de commodities e a produção de mais-valia relativa voltados para o fortalecimento do processo de acumulação dos países centrais do capitalismo seriam os principais elementos constitutivos do caráter dependente do modelo desenvolvimentista das décadas de 1950 e 1960 para o qual o Iseb produzia subsídios científicos e ideológicos. Nesta antiga fase desenvolvimentista, a exportação de commodities, para atender à demanda de bens primários dos países industrializados, se daria em troca de produtos manufaturados não produzidos no Brasil, que estaria realizando seu processo de substituição de importações ampliando e diversificando sua produção industrial

inicialmente concentrada em indústrias de base. Por outro lado, neste antigo momento desenvolvimentista, o processo de industrialização e substituição de importações teria sido efetuado em conformidade com a necessidade do capital sediado nos países centrais do capitalismo de buscar de relações produtivas com altas taxas de mais-valia relativa que não poderiam ser encontradas nas grandes economias da Europa e América do Norte, em razão de que estas economias apresentariam um modelo de desenvolvimento adequado ao welfare-state. Dessa forma, o padrão de divisão internacional do trabalho daquele estágio de globalização do capitalismo teria criado no Brasil relações de produção que reproduziriam os mecanismos de dependência e, ao mesmo tempo, constituiriam um modelo de desenvolvimento gerador de desigualdades sociais²⁸.

Após a estabilização monetária conquistada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, teria sido possível a retomada da ideia de construção de um modelo de desenvolvimento nacional apoiado, em grande parte, na formação de mercados comuns e blocos econômicos internacionais que concorreriam para o desgaste da hegemonia dos países centrais do capitalismo. Por outro lado, os processos de reengenharia industrial e flexibilização econômica, adotados em escala global, teriam se constituídos enquanto métodos de organização produtiva que teriam permitido ao capitalismo global solucionar a sua crise estrutural nos final dos anos 1970 e, conseqüentemente, teriam aberto oportunidades de crescimento econômico no Brasil²⁹. Diante destes condicionantes para a retomada do crescimento econômico, teria sido conferido ao Ipea, durante o governo Lula, o papel de definir conceitualmente o novo-desenvolvimentismo brasileiro.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, teria se constituído enquanto centro de produção científica e ideológica para o desenvolvimento

²⁸ Marini, Rui Mauro *Dialética da Dependência*. Ed. Vozes. (2006). Rio de Janeiro.

²⁹ Wood, Stephen "O modelo japonês em debate: pós-fordismo ou japonização do fordismo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo (1991). vol.17, nº6, s.p.

no Brasil a partir da década de 2000. Sua Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest), fundada em 2010, teria como objetivo a realização de estudos e pesquisas sobre a estrutura, a organização e o funcionamento do Estado brasileiro e sobre seus arranjos institucionais, assim como, a realização de pesquisas sobre as relações entre o Estado e a sociedade no que se refere à elaboração de políticas para o desenvolvimento do país. A Diest definiu três eixos estratégicos para o desenvolvimento nacional: a redução das desigualdades sociais, o aperfeiçoamento das instituições democráticas e a adoção de princípios de sustentabilidade para o desenvolvimento. Seu trabalho tinha por objetivo aglutinar e organizar um conjunto amplo de ações e iniciativas que abrangiam quatro grandes dimensões: estudos e pesquisas aplicadas; assessoramento governamental, acompanhamento e avaliação de políticas públicas; treinamento e capacitação; e oficinas, seminários e debates. Seu intuito era de servir como plataforma de sistematização e reflexão acerca dos entraves e oportunidades do desenvolvimento nacional³⁰.

Do Iseb e da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), a Diest herdou a tese de que a desigualdade seria o principal entrave ao desenvolvimento nacional e que este só seria possível mediante estratégias de distribuição de renda e de equiparação de condições de preparação dos indivíduos para inserção nas atividades produtivas e intelectuais.

No que tange ao aprimoramento democrático, a Diest resgatou um dos pilares da ideologia desenvolvimentista do Iseb concebido pelo filósofo Álvaro Vieira Pinto: a ideia de tomada da consciência crítica da realidade nacional por parte dos cidadãos comuns que se tornariam agentes de seu processo histórico de transformação (fortemente baseada na perspectiva gramsciana de que o cidadão comum pode contribuir para a produção ideológica proletária). A filosofia de Álvaro Vieira Pinto foi adotada pela Diest

30 Cardoso Jr., José Celso; Linhares, Paulo de Tarso; e Costa Pinto, Eduardo. *Estado, Instituições e Democracia*. Ed. Ipea. (2012). Brasília. Caps.11,12 e15.

na sua tese de que a construção e ampliação de estratégias participativas estendidas aos cidadãos comuns exerceriam o papel de legitimar a representação democrática e catalisar o desenvolvimento nacional. Neste sentido, foram elaborados pela Diest mecanismos de conexão entre o sistema representativo e a sociedade civil (políticas de empoderamento) no que se refere à implementação de políticas públicas e aumento do controle da população sobre a administração pública e sobre os gastos públicos (accountability³¹), o que, a despeito de seus aspectos positivos, poderia enfraquecer e causar uma perda relativa de autonomia dos movimentos sociais na medida em que estes seriam trazidos para dentro da máquina estatal e inseridos na ideologia desenvolvimentista pactuada entre os diversos setores produtivos.

No que tange ao planejamento político e econômico, os intelectuais do Ipea propuseram uma metodologia que associava a visão neo-keynesiana (de complementaridade entre Estado forte e mercado forte), por um lado, à visão cepalina neo-estruturalista, por outro. Tal metodologia, a partir da ideia de que a industrialização latino-americana não teria sido capaz de solucionar os problemas de desigualdade social na região, propunha a implementação de uma estratégia de “transformação produtiva com equidade”, entendida como a compatibilização entre crescimento econômico sustentável com uma melhor distribuição de renda. Assim, o novo-desenvolvimentismo brasileiro passava a ser definido, pelo Ipea, como um projeto de desenvolvimento que concilie crescimento econômico com equidade social e estratégias participativas que confirmam legitimidade ao sistema representativo e estreite a conexão entre Estado e sociedade civil organizada.

Na atual fase desenvolvimentista do Brasil, a partir da década de 2000, é possível observar o papel preponderante da exportação de commodities para a economia nacional. Contudo, tal fato não se dá de forma semelhante a que se notava na industrialização brasileira anterior ao processo de substituição de importações, mas

³¹ Termo em inglês, sem tradução exata para o português, referente à obrigação dos membros de uma instituição administrativa ou representativa de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus representados.

ocorre concomitantemente a um padrão de desenvolvimento industrial marcado por uma produção industrial diversificada que incorporou modos de produção criados pela reengenharia industrial que revolucionou o modo de produção capitalista após sua crise estrutural (terceirização, flexibilização produtiva, Just-in-time, etc.), gerou um mercado interno forte e conquistou um mercado externo amplo e diversificado.

Portanto, a exportação de commodities continua sendo um setor importante para a economia brasileira pela demanda externa de bens primários, mas não significa, como significava no momento desenvolvimentista anterior, que o papel da economia brasileira para o capitalismo global, no que tange às atividades produtivas, se resume ao fornecimento de matérias primas. No que se refere às relações de produção, ainda é possível notar uma taxa de produção de mais-valia relativa no Brasil mais alta em relação à União Europeia e aos Estados Unidos, entretanto, o novo desenvolvimentismo brasileiro, tal como é definido pelo Ipea e tal como é instituído pelas políticas públicas federais, envolve medidas de distribuição de renda e estratégias de participação democrática que tendem a reduzir a exploração do trabalho e a produção de mais-valia relativa. Por outro lado, o índice de mais-valia relativa no modelo atual de produção de commodities não corresponde ao índice apresentado nesta mesma atividade econômica durante o período fordista-taylorista porque, contemporaneamente, a produção de commodities no Brasil envolve um alto padrão de inovação tecnológica e de valor agregado: o que concorre para a redução da mais-valia relativa.

O surgimento de condições para o novo-desenvolvimentismo brasileiro, bem como, para o crescimento de economias emergentes a partir da nova configuração geopolítica após o declínio da hegemonia estadunidense, foi analisado pelo sociólogo Immanuel Wallerstein no artigo “Mudando a geopolítica do Sistema-Mundo: 1945-2025”³². As análises apresentadas neste artigo nos dão subsídios para entender o caráter dependente

32 Wallerstein, Immanuel. “Mudando a geopolítica do sistema-mundo”. Martins, Carlos Eduardo; Sotelo, Valencia. *A América Latina e os desafios da globalização*. Ed. Boitempo. (2009). Rio de Janeiro. Pp. 53-78.

do desenvolvimentismo brasileiro em razão do seu enquadramento na posição periférica no sistema econômico global, definido por Wallerstein como Sistema-Mundo.

O referido autor adota princípios da Teoria da Dependência na construção da sua teoria de Sistema-Mundo, segundo a qual o processo de expansão do capitalismo em escala global provocaria a flexibilização dos contornos dos Estados Nacionais no que se refere à abertura das economias, à redução do protecionismo econômico e à associação internacional entre capitais. Dessa forma, haveria a possibilidade de existência de três tipos de sistema-mundo: Império-Mundo, no qual diversas sociedades e culturas estariam unificadas sob um mesmo governo; Economias-Mundo, no qual múltiplos Estados Nacionais estariam integrados por um sistema econômico comum; e Socialismo-Mundo, no qual haveria um grande Estado Utópico que integraria múltiplas culturas unificadas por um mesmo sistema político e econômico. Fundamentada em uma perspectiva marxista, a teoria do Sistema-Mundo concebe uma estrutura global baseada numa sobreposição hierárquica entre os Estados componentes distintos como Estados Fortes, Semiperiféricos e Periféricos, sendo o grau de exploração do trabalho o critério principal que define o enquadramento em cada uma destas três categorias. O mercado global e a divisão global do trabalho estabeleceriam um intercâmbio desigual entre economias nucleares e periféricas no Sistema-Mundo.

Neste intercâmbio assimétrico, bens de capital intensivo seriam produzidos nas economias nucleares e trocados indiretamente por bens de trabalho intensivo produzidos nas economias periféricas. Desse modo, o mercado global e a divisão global do trabalho no Sistema-Mundo determinariam a condição de dependência das economias periféricas e semiperiféricas (como a brasileira) na fase global do capitalismo, após a transnacionalização do capital, momento histórico em que são criados os alicerces do novo desenvolvimentismo brasileiro .

A partir da teorização sobre o Sistema-Mundo realizada por Wallerstein, o sociólogo mexicano Adrián Sotelo Valencia analisou o surgimento de novas economias periféricas

no Leste Europeu, após a dissolução da União Soviética e dos Estados Socialistas na Europa, e identificou na função que elas cumprem para o crescimento industrial da União Europeia um fator que concorre para o retrocesso do desenvolvimento da América Latina. Os países do Leste Europeu desprovidos da tutela do finado regime socialista, teriam se enquadrado de tal forma na condição periférica face ao capitalismo global que poderiam oferecer taxas de produção de mais-valia relativa comparáveis às que os países latino-americanos ofereciam no período de pleno desenvolvimento do modelo fordista-taylorista em escala global compreendido entre 1945 e 1970, segundo Wallerstein. Esta capacidade de oferecer de altas taxas de mais-valia relativa se referiria ao baixo custo com mão de obra (salários baixos, direitos sociais e trabalhistas reduzidos em relação aos dos países nucleares da economia global), movimentos sociais e sindicais fragilizados e um sistema democrático com representação e participação políticas enfraquecidas. O argumento de Sotelo Valencia é que o fato de dispor de uma periferia mais próxima, que pudesse proporcionar condições mais favoráveis de investimento, daria um poder de barganha às economias da União Europeia no sentido de pressionar os países latino-americanos a retrocederem aos patamares de dependência das três primeiras décadas que sucederam o fim da II Guerra Mundial. Esta pressão implicaria, por outro lado, na catalisação de um processo de desindustrialização e desacumulação de capitais. O processo de desindustrialização se daria pela volta à ênfase na exportação de produtos com menor valor agregado (menor taxa de trabalho materializado) que resultaria na redução do valor dos produtos exportados. Por sua vez, o processo de desacumulação de capitais se refere à evasão de capitais dos países dependentes para os países nucleares e à migração de capital do setor produtivo local para o setor especulativo, em nível global.

A tendência apresentada por Sotelo Valencia de retrocesso do desenvolvimento latino-americano impulsionada pelas altas taxas de exploração do trabalho oferecidas pelas novas periferias do capitalismo global não se comprovou, de forma plena, no caso brasileiro se comparado a outros países da região. O novo desenvolvimentismo do Brasil se fundamenta, por um lado, na teoria econômica neo-keynesiana (no que tange à busca

de complementaridade entre Estado e mercado) e, por outro, na teoria neo-estruturalista adotada pela Cepal, segundo a qual, a industrialização latino-americana não teria sido suficiente para resolver os problemas de desigualdades sociais que impedem a continuidade do desenvolvimento. Neste sentido, a visão neo-estruturalista propõe como meta a “transformação produtiva com equidade social”, a partir da qual, seja possível compatibilizar crescimento econômico sustentável com uma melhor distribuição de renda. Assim, o projeto novo desenvolvimentista procura constituir um Estado forte que estimule o florescimento de um mercado forte e que seja capaz de implementar políticas macro-econômicas expansionistas que reduzam a vulnerabilidade externa da economia e fortaleçam o sistema democrático, através da adoção de estratégias participativas e ampliação da representação política. Portanto, o Brasil permanece atrativo para os investimentos dos países nucleares da economia global, expandindo o seu projeto de desenvolvimento apesar da oferta de altas taxas de exploração do trabalho nas novas periferias globais, em virtude da complementaridade entre Estado e mercado fortes (das políticas macro-econômicas baseadas nesta relação) e da consolidação do regime democrático que gera um alto grau de confiança por parte do mercado global.

O projeto novo desenvolvimentista, de base neo-keynesiana, propõe a constituição de um Estado capaz de regular a economia que deve ser constituída por um mercado forte e um sistema financeiro voltado para o financiamento produtivo e não para atividades especulativas – uma das principais causas do fracasso do neoliberalismo na Europa e da atual crise econômica global, conquanto assola em particular tanto essa região quanto os Estados Unidos . Neste sentido, a concorrência entre os atores econômicos é vista como necessária porque estimula a inovação por parte do capital produtivo nacional (na tentativa de maximizar o lucro), o que torna o setor produtivo dinâmico e revolucionário e proporciona o enriquecimento diferenciado segundo o empenho a capacidade de inovação e o mérito. Contudo, devem existir regras reguladoras do mercado para que os atores econômicos mais fortes não sejam sacrificados pelos custos necessários à concorrência, nem tampouco, os empreendedores

de pequeno e médio porte não desaparecem pelo fraco potencial de investimento. Desse modo, a regulação estatal da concorrência nos moldes neo-keynesianos tem como objetivo a criação de um mercado forte constituído por macro políticas de pleno emprego marcadas por investimentos na qualificação profissional, na inovação tecnológica, na redução de custos de produção, na redução de preços de produtos e na equiparação de condições de competitividade entre os atores econômicos. Por outro lado, a regulação neo-desenvolvimentista se dá através da implementação de políticas macroeconômicas expansionistas que procuram reduzir a vulnerabilidade do país em relação às crises cambiais, sobretudo em contextos recessivos, bem como, procuram estimular a competitividade da indústria nacional no comércio externo.

Uma das diferenças fundamentais entre o desenvolvimentismo brasileiro dos anos 1950/1960 e o novo desenvolvimentismo brasileiro, no que se refere à redução da dependência econômica, está no fato de que enquanto aquele focava suas políticas protecionistas na balança comercial, procurando tornar a economia nacional menos concentrada na exportação de produtos primários (uma vez que a economia brasileira transitava de uma economia agro-exportadora para uma economia industrial, realizando a substituição de importações), o novo desenvolvimentismo estaria focado no estabelecimento de critérios de controle da conta de capitais, de modo a reduzir a volatilidade da taxa de câmbio, mantendo a economia atraente à entrada de capitais externos. Ou seja, o protecionismo neo-desenvolvimentista procuraria conciliar políticas de pleno emprego e equidade social a políticas de liberalização e globalização das transações comerciais abrindo a economia de forma cautelosa e negociada para que reciprocidades que interessem às exportações brasileiras sejam conquistadas.

O fortalecimento da democracia, no Brasil, teria um papel fundamental em relação à redução da vulnerabilidade externa da economia. Para além da aliança entre os diversos setores da sociedade entorno do projeto de desenvolvimento nacional, proposta pela ideologia nacional-desenvolvimentista isebiana, a adoção de mecanismos de empoderamento e a criação de instituições participativas, defendidas pelo Ipea, com o

objetivo de integrar a sociedade e os movimentos sociais à máquina administrativa e à elaboração de políticas públicas, teria a capacidade de gerar um estabilidade política que garantiria o desenvolvimento econômico e social do ponto de vista do aporte de investimentos externos.

A possibilidade de influência das novas periferias do Leste Europeu sobre o desenvolvimento da América Latina foi minimizada pelo sociólogo David Lane, da Universidade de Cambridge³³. Sua argumentação tem como base uma crítica às categorias de Wallerstein de classificação dos países na relação centro-periferia do Sistema-Mundo. Walerstein classificava os países em hegemônicos (os países “ocidentais”, que ocupam posição central no capitalismo global), os periféricos (que têm uma relação de dependência com os países hegemônicos), e os semiperiféricos (países que apresentam um desenvolvimento intermediário e se constituem enquanto centro para a periferia e enquanto periferia para o centro). Para Lane, os países socialistas se classificariam na categoria de semiperiferia, pois, na prática, teriam constituído um modelo econômico integrado à Economia-Mundo. David Lane analisou vários aspectos das atividades produtivas e comerciais dos países do antigo bloco socialista na Europa Oriental e afirmou que tais países não poderiam ser considerados como semiperiféricos, enquanto adotassem o regime socialista, pois constituiriam economias autônomas com níveis pouco significativos de relação com o capital global no que tange a investimentos, financiamentos, trocas comerciais e dependência econômica (a exceção de Hungria e Estônia com níveis um pouco menos parcos de investimentos externos). Mesmo durante o processo de reestruturação política (glasnost) e econômica (perestroika), na década de 1980, do regime socialista, a integração econômica entre os países socialistas e o capitalismo global era muito reduzida.

O afluxo de financiamento de instituições globais como FMI e Banco Mundial para as economias socialistas era percentualmente insignificante, assim como, a instalação de

³³ Boschi, Renato. *Periphery and Semi-periphery*. Ed. Routledge. (2012). New York.

empresas dos países hegemônicos do capitalismo em tais economias. As poucas empresas multinacionais que se instalaram em países socialistas tiveram que se submeter a um forte controle estatal. Por outro lado, a entrada de empresas estatais soviéticas em países do bloco capitalista foi pouco significativa e de curta duração. No que se refere ao comércio internacional, era possível observar que os países socialistas concentravam majoritariamente suas trocas comerciais entre si. Ao passo que a América Latina estava plenamente integrada ao Sistema-Mundo do ponto de vista produtivo, comercial e financeiro.

Ao se integrarem à economia global, os países pós-socialistas assumiram um padrão de dependência comparável ao latino-americano durante a sua fase de substituição de importações e adquiriram menos autonomia do que dispunham durante a dominação soviética. Entretanto, Lane pode observar algumas características em comum entre os países latino-americanos e os pós-socialistas. Os países, tanto de um grupo quanto de outro, emergiram de regimes políticos autoritários nos últimos 20 anos, vêm sofrendo com baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) e têm apresentado um baixo componente de alta tecnologia nos seus padrões de industrialização (à exceção do Brasil, no caso latino-americano, e da Rússia, no grupo pós-socialista).

Apesar de tais similitudes, é possível notar no novo desenvolvimentismo brasileiro – que adota um padrão dependente, mas que procura ressignificar os princípios desta dependência – um desenvolvimento econômico e social realizado com conquista de autonomia e de poder geopolítico. Tais conquistas de autonomia relativa, em relação ao próprio modelo de desenvolvimento, e de poder geopolítico, em instituições de governança global (como o G-20), são realizadas na medida em que o novo desenvolvimentismo se baseia em um padrão de dependência e, dentro deste padrão, busca a reversão da dependência através da ressignificação de suas práticas econômicas.

Os cientistas políticos Renato Boschi e Flávio Gaitán identificam alguns fatores responsáveis por este processo de reversão de dependência além da aliança entre Estado

forte e mercado forte para implementação de políticas macroeconômicas³⁴. Tais fatores consistem no aspecto multilateral do desenvolvimento e no investimento em inovação tecnológica na produção de commodities, que agrega valor a esta produção, reduz a sua extração de mais-valia relativa e, desse modo, ressignifica esta atividade produtiva na medida em que ela deixa de representar o papel que desempenhava no antigo modelo desenvolvimentista em relação à divisão global do trabalho e em relação à função e ao valor das exportações brasileiras para a economia global.

O aspecto multilateral do desenvolvimento consiste na multiplicidade de trocas comerciais, investimentos externos e associações produtivas a nível global estabelecidas por países periféricos entre si, ou mesmo entre países periféricos e países nucleares de forma diversificada, não mais se restringindo a relações econômicas entre países periféricos e nucleares de forma exclusiva ou majoritária. Este multilateralismo se tornou possível através da formação de blocos econômicos regionais e da conquista de maior autonomia por parte dos países periféricos em firmar acordos econômicos entre si a partir do pós-neoliberalismo e da criação de novas instituições de governança global (G-7) no processo de reconfiguração geopolítica pós-neoliberal.

Boschi e Gaitán argumentam que o multilateralismo das relações econômicas globais que se observa no novo desenvolvimentismo brasileiro reduz a vulnerabilidade da economia nacional em relação às eventuais pressões ou crises externas (inclusive, dos países nucleares da economia global), em linha argumentativa similar a Bresser Pereira. O multilateralismo da economia brasileira foi construído ao longo dos governos Lula, após a estabilização monetária promovida pelo Plano Real durante os governos FHC, como resultado de políticas macroeconômicas implementadas através da aliança entre Estado forte e mercado forte, de acordo com a matriz neo-keynesiana do novo desenvolvimentismo brasileiro.

³⁴ Boschi, Renato. *Periphery and Semi-periphery*. Ed. Routledge. (2012). New York.

O êxito do processo de reversão da dependência durante os governos Lula (que possibilitou a superação dos efeitos mais nocivos da crise global iniciada em 2008), se deve precisamente à aplicação do princípio constitutivo do novo desenvolvimentismo brasileiro (tal como é definido pela Diest/Ipea) de conciliação entre políticas macroeconômicas e políticas neoestruturalistas. No que tange às políticas macroeconômicas, se destaca a criação do Programa da Indústria, Tecnologia e Comércio Exterior (PITCE), implementado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). Por outro lado, no que se refere às políticas neoestruturalistas, se destacam o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com o objetivo de realizar obras de infra-estrutura para o desenvolvimento e para redução de desigualdades sociais, e o Programa Bolsa-Família, de distribuição de renda. Boschi e Gaitán ressaltam a importância de haver uma instituição nacional para a implementação de políticas macroeconômicas e para o financiamento do desenvolvimento, o caso do BNDES.

vi. Considerações Finais

No que tange ao tratamento dado ao tema da dependência, observamos que a Diest/Ipea comunga com a perspectiva da segunda fase do Iseb (pós-1958) referente à reversão da dependência a partir da adoção do desenvolvimento dependente. Tal perspectiva se baseia na idéia de que é possível a conciliação entre um padrão dependente de desenvolvimento e a implementação de políticas distributivas (que promovam a redução das desigualdades sociais e equiparem as condições de competitividade na sociedade), bem como, é possível a conciliação entre um padrão dependente de desenvolvimento e o aperfeiçoamento do sistema democrático por meio de instituições participativas.

De fato, no novo-desenvolvimentismo brasileiro, mais do que haver o entendimento de que é possível a conciliação entre crescimento econômico e redução das desigualdades dentro de um modelo de desenvolvimento dependente (idéia em que se resume o conceito de “transformação produtiva com equidade social” elaborado pela

Diest/Ipea), existe a premissa de que a transformação produtiva com equidade social é condição sine-qua-non para a continuidade do desenvolvimento, pois o grau de desigualdade presente na sociedade brasileira contemporânea impede a continuidade de ampliação e fortalecimento do mercado interno sem o que não pode ser possível a continuidade do desenvolvimento.

Referências bibliográficas

BOSCHI, R. *Periphery and Semi-periphery*. Ed. Routledge. (2012). New York.

BRESSER PEREIRA, L.C. *The Iseb development concept revisited*. Revista Dados. (2004). Rio de Janeiro. Vol. 47. Nº1

CARDOSO, F.H; e FALETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Ed. LTC. (1970). Rio de Janeiro.

CARDOSO JR; JOSE CELSO; LINHARES, PAULO TARSO; e COSTA PINTO, E. *Estado, Instituições e Democracia*. Caps.11,12 e15. Ed. Ipea. (2012). Brasília.

FIORI, J.L. *O desenvolvimentismo de esquerda*. Carta Maior. (01/03/2012) São Paulo.

FRANK, GUNDER. *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*. Monthly Review. (1966). New York.

GERMANI, G. *Política e sociedade numa época de transição*. Ed. Meste Jou. (1973). São Paulo.

GORENDER, J. *O PCB e sua atuação nos anos 50*. Revista Brasileira de História. (1982). São Paulo. Vol.23 nº 45.

IANNI, O. *Teorias da Globalização*. Cap.2. Ed. Civilização Brasileira. (2001) Rio de Janeiro.

JAGUARIBE, H. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Ed. Iseb. (1958) Rio de Janeiro. Introdução.

KAY, C. *Latin American Theories of Development and Underdevelopment*. Routledge (1989). New York.

LACLAU, E. *Política e Ideologia na Teoria Marxista: Capitalismo, Fascismo e Populismo*. Ed. Paz e Terra. (1978). Rio de Janeiro. P. 151

MARINI, R. *Dialética da Dependência*. Ed. Vozes. (2006). Rio de Janeiro.

- MARX, K. *Crítica do Programa de Gotha*. Ed. Boitempo. (1850/2009). São Paulo. Introdução.
- MARX, K; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Ed. Boitempo. (1846/2007). São Paulo.
- MIGUEL COUTO, J. *O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch*. Revista Economia e Sociedade. (2007). Campinas. Pp: 45-64.
- PREBISCH, R. *Introdução a Keynes*. Ed. Brasiliense. (1947,1998). São Paulo.
- PREBISCH, R. *Transformações e Desenvolvimento: a grande tarefa da América Latina*. Ed. Fundação Getúlio Vargas. (1973). Rio de Janeiro.
- PREBISCH, R. *El desarrollo económico de América Latina y alguno de sus principales problemas*. Revista Desarrollo Económico. Buenos Aires. (1949/1986). Vol 26. Nº 103 Pp 479-502.
- SANTOS, THEOTONIO DOS. *Teoria da Dependência: balanço e perspectivas*. Ed. Civilização Brasileira. (2000). Rio de Janeiro. Introdução; partes 1 e 2.
- TOLEDO, CAIO NAVARRO DE ISEB. *Fábrica de Ideologias*. Ed. Unicamp. (1982). Campinas. Introdução
- TOURAINÉ, A. *Palavra e Sangue: Política e Sociedade na América Latina*. Ed. Unicamp. (1989). São Paulo.
- WALLERSTEIN, I. *Mudando a geopolítica do sistema-mundo*. Martins, Carlos Eduardo; Sotelo, Valencia. A América Latina e os desafios da globalização. Ed. Boitempo. (2009). Rio de Janeiro. Pp. 53-78.
- WOOD, S. *O modelo japonês em debate: pós-fordismo ou japonização do fordismo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo(1991). vol.17, nº6, s.p.